

José Cutileiro, com a sua conhecida contundência, descreveu como a escrita sobre antropologia podia ser uma «seca». A escrita sobre relações internacionais, por vezes, também pode ser uma «seca». Tendo anunciado as suas quatro proposições, Balibar escreve o seguinte: «nesta reflexão igualmente se evidencia — por conta do próprio autor — a procura de uma figura de intelectual viajante e tradutor para o qual, como para a própria Europa, desviei a expressão dialéctica «mediador em declínio», que retirei de um ensaio de Frederic Jameson publicado em 1973. Espero contribuir deste modo para a discussão em curso acerca da função política dos intelectuais, que me parecem muitas vezes perder-se em querelas «sem interesse» de gerações e etiquetas. Ao mesmo tempo desejei pôr à prova uma concepção da relação da filosofia com a actualidade que impõe articular a reflexão sobre o próprio acontecimento com a enunciação do lugar em que se fala (e onde se escuta) e a análise das condições de escrita pública. Esse lugar, quer se queira, quer não, não é puramente ideológico, antes está sujeito a forças materiais cujos efeitos se relacionam com a vida e a morte. Portanto, não se estabelece e se delimita apenas através de palavras, representações e ideias» (p. 8-9).

Infelizmente, Balibar, neste livro, contribui pouco para a função pública dos intelectuais. Procura relacionar a filosofia com a actualidade e acaba por não responder nem à filosofia nem à actualidade. Talvez tivesse sido mais bem sucedido se

tivesse dividido o livro em duas partes. A primeira seria dedicada a uma exploração filosófica dos objectivos que a sociedade humana deveria estabelecer, mediante os problemas com que se debate. A segunda parte seria dedicada à análise da forma como estes objectivos poderiam, ou não, ser concretizados.

Em resumo, a principal premissa do poder mediador da Europa parece ultrapassada pelos eventos, os conceitos discutidos são debatidos de forma divorciada da realidade política e a estrutura do livro obedece à actividade académica do autor e não a um projecto global de monografia.

NICOLAU ANDRESEN LEITÃO

*Cristina Leston-Bandeira, Da Legislação à Legitimação: o Papel do Parlamento Português*, Lisboa, ICS, 2002.

*André Freire et al., O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária*, Lisboa, ICS, 2002.

Passeando pelas ruas de Lisboa na companhia de uma colega e amiga brasileira, assessora parlamentar no Congresso brasileiro, descemos a Rua de São Bento e, já com o Tejo ao fundo, disse-lhe: «eis a nossa Assembleia da República!, ao que ela retorquiu: «Hum, se me pedissem

para imaginar como seria a vossa casa da democracia, era exactamente isto que eu descreveria — um antigo edifício restaurado, bem no centro histórico da cidade, com o Tejo à vista!» Mais do que comentar a capacidade de imaginação da minha amiga, o que me leva a partilhar este episódio com os meus leitores é a posição central que a «casa da democracia» ocupa no imaginário de todos nós sobre o que é um regime político democrático. De facto, é impossível pensar uma democracia sem uma referência à instituição parlamentar. Seja ela uni ou bicameral, chame-se congresso, câmara ou assembleia, a verdade é que o parlamento é uma instituição-chave em qualquer sistema político democrático. O caso português não foge a esta regra.

Em parte devido à tardia institucionalização da disciplina de ciência política entre nós, o panorama de estudos sobre o nosso parlamento é, digamo-lo sem rodeios, desolador. É certo que a Assembleia da República (AR) tem apenas três décadas de existência, muito pouco perto da longa experiência de parlamentos como o inglês, o francês ou o norte-americano. Em todo o caso, esperar-se-ia que os artigos científicos sobre o tema andassem na casa das centenas, que algumas dezenas de monografias e doutoramentos lhe tivessem sido dedicados, já para não falar em pelo menos meia dúzia de análises comparadas no âmbito de projectos de investigação internacionais. A realidade é, infelizmente, bem diferente. Foram publicados não mais do que

meia dúzia de artigos sobre a AR, dos quais apenas dois surgem regularmente citados na literatura internacional. Os dois livros que servem de objecto a esta recensão, publicados vinte e seis anos após a 1.ª sessão da I Legislatura, vêm, pois, para usar as palavras de uma das autoras, «preencher um enorme vazio» (Leston-Bandeira, 2002, p. 21).

Se a relevância e oportunidade destas publicações parece estar, assim, assegurada, resta-nos discutir os seus méritos à luz das suas intenções. Começemos pela obra conjunta (os autores são André Freire, António de Araújo, Cristina Leston-Bandeira, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães), intitulada *O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária*. Trata-se da obra vencedora do Prémio Adelino Amaro da Costa em 2001, o que ajuda a explicar o seu objectivo de «discutir um conjunto de soluções destinadas à ‘dignificação’ do Parlamento português», algo que é, como os próprios autores reconhecem, «algo difuso» (p. 26). Temos, assim, um volume em que a análise institucional se cruza a cada momento com a sugestão de medidas correctivas («terapêuticas», para usar a expressão dos autores).

Um dos principais motivos de interesse de *O Parlamento Português* reside na análise oferecida sobre a imagem de que a AR goza junto da opinião pública portuguesa (cap. v). Os autores adoptam a distinção clássica de David Easton entre «apoio específico» (que reflecte a avaliação do desempenho concreto

das instituições) e «apoio difuso» (que procura captar o grau de satisfação com a instituição enquanto tal) e é a partir dela que organizam a sua análise. As conclusões a que chegam são convincentes e interessantes. Por um lado, e usando as respostas ao painel *Expresso-Euroexpansão* para o período compreendido entre Junho de 1986 e Janeiro de 2001, é-nos sugerido que os portugueses têm alguma dificuldade em avaliarem o desempenho concreto da AR sem ser por referência ao conjunto do sistema político. Noutros termos, a imagem que os portugueses têm da AR resulta em larga medida da avaliação que fazem do governo: em períodos em que a popularidade do executivo é baixa a popularidade do parlamento desce, e vice-versa. Por outro lado, o «apoio difuso» à AR foi estudado tendo por base os dados do *Eurobarómetro* para os anos de 1997, 1999 e 2000. A confiança institucional dos portugueses no parlamento, à luz destes dados, parece não depender tanto de factores estruturais como do «grau de satisfação com a governação e/ou de identificação com o partido que está no momento no poder» (p. 152). Em todo o caso, e de uma perspectiva comparativa, os portugueses apresentam índices de confiança institucional na AR superiores aos verificados noutras democracias consolidadas há muito mais tempo, o que parece sugerir que o discurso antiparlamentar entre nós carece de uma relevante base social de apoio.

Uma segunda contribuição que este livro nos oferece diz respeito ao

problema do recrutamento parlamentar e da representação política. Como os autores bem assinalam, as democracias modernas são fundamentalmente representativas. Importa, pois, analisar a forma como os nossos representantes políticos são recrutados, uma vez que a qualidade da representação política é determinada pela qualidade de quem nos representa. Para além de uma secção em que se descreve o perfil sócio-demográfico dos deputados portugueses, bem como as suas carreiras políticas, o principal ponto deste capítulo diz respeito à relação entre o sistema eleitoral e o problema do recrutamento parlamentar. A sugestão formulada pelos autores — «uma significativa redução da dimensão dos círculos grandes e médios e [a] criação de um círculo nacional de compensação, eventualmente por aproveitamento de restos» (p. 91) — constitui ainda hoje, quatro anos volvidos sobre a sua publicação, uma proposta de trabalho bastante válida para ajudar a resolver o problema da qualidade da representação.

Finalmente, é de sublinhar a descrição do perfil jurídico-institucional do parlamento (cap. I), bem como da actividade parlamentar (cap. II) e do estatuto dos deputados (cap. IV). Trata-se de uma descrição rigorosa e clara, ainda que pontuada por sugestões «terapêuticas» cujo estatuto teórico é, como sugeri acima, discutível. Em meu entender, a organização do volume ganharia em consistência se se tivesse incluído a questão do estatuto dos deputados (no essencial, uma resenha dos regulamentos sobre

o assunto) no capítulo I, deixando o resto do livro para um registo mais analítico. Este é, de resto, um problema que não afecta o outro livro aqui em análise, *Da Legislação à Legitimação: o Papel do Parlamento Português*.

Trata-se da passagem para português da tese de doutoramento de Cristina Leston-Bandeira, em que se descreve a evolução do parlamento português entre 1983, data de início da III Legislatura, que ficaria conhecida como o governo do «bloco central», e 1995, data em que termina a VI Legislatura e, com ela, o período do chamado «cavaquismo». O objectivo do livro é claro: descrever o processo de desenvolvimento da instituição parlamentar durante esses doze anos. Acontece que nenhuma instituição (política, social ou outra) se desenvolve num vácuo. E, no entanto, a perspectiva analítica aqui utilizada parece sugerir que sim.

Devo começar por confessar que *Da Legislação à Legitimação* ficou aquém das minhas expectativas. Não se trata de falta de rigor na descrição: por exemplo, o capítulo dedicado ao estudo de caso das discussões do Orçamento de Estado no período em análise é, sem margem para dúvidas, a mais detalhada análise aos debates parlamentares sobre o OE disponível entre nós. O problema é outro. O registo descritivo é importante, mas não substitui, por exemplo, a análise mais geral do papel ou da função desempenhada pela instituição parlamentar no quadro do sistema político. Ou a análise comparativa do parlamento

português com os seus congéneres europeus. Ou ainda a análise da relação entre a AR e a sociedade portuguesa por referência a temas políticos relevantes, como sejam a questão do aborto, os problemas ambientais ou as políticas de ciência. A questão não é, pois, tanto aquilo que se escolheu estudar (uma escolha absolutamente legítima por parte da autora) como aquilo que deveria ter sido incorporado na análise e não foi. Numa frase, a evolução de uma instituição só se compreende por referência ao sistema político e social que a rodeia. E tal referência não se esgota no (inevitável) «contexto institucional, político e histórico» descrito nos capítulos II e III, cujo estatuto de antecâmara da análise» sugere erroneamente uma cisão entre contexto e instituição. Pelo contrário, compreender como a instituição parlamentar evoluiu entre 1983 e 1995 equivale a perceber a evolução de dois processos distintos, embora interligados: (a) a sua lógica interna de funcionamento e (b) a sua função no sistema político e social português nesse período.

Um exemplo pode ajudar a clarificar o meu ponto. A autora afirma, a dada altura, que «quatro revisões do Regimento, realizadas em menos de dez anos, tiveram efeitos claros e profundos no desenvolvimento da prática parlamentar da Assembleia da República» (p. 213). Esta conclusão é, aliás, uma das bases sobre as quais se estabelece a tese central do livro — segundo a qual o parlamento teria passado por um processo de transformação estrutural à luz do qual a uma «orientação para a legis-

lação» (antes de 1987, a agenda parlamentar visava sobretudo legislar) se teria seguido uma «orientação para a legitimação» (durante o período das duas maiorias absolutas do PSD). Ou seja, a autora apresenta o esforço de aproximação entre parlamento e cidadãos (de que as revisões ao RAR são uma clara expressão) como um dos «sinais indicativos» (p. 157) do «amadurecimento» do parlamento nos anos 90, sendo cada vez mais uma instituição «aberta ao mundo exterior» (p. 213) e, portanto, orientada já não tanto para a legislação como para a legitimação. Segundo os dados analisados em *O Parlamento Português*, porém, tal argumento carece de fundamento empírico: «O esforço desenvolvido na década de 90 no sentido da reforma das instituições parlamentares, do apuramento das suas capacidades de vigilância do governo e de promoção da sua visibilidade pública não parecer produzir qualquer espécie de efeito junto da opinião pública» (p. 142). As mudanças regimentais podem ter até alterado significativamente a forma de funcionamento interno da AR, como Cristina Leston-Bandeira documenta; todavia, isto não significa que a função desempenhada pelo parlamento no sistema político e social se tenha alterado de modo substancial. Pelo menos no que diz respeito à opinião pública, os dados disponíveis sugerem justamente o contrário.

O meu propósito em usar esta ilustração, longe de pretender minimizar os méritos da obra em questão

(que os tem, e muitos), é o de chamar a atenção para as vantagens de se analisar uma instituição por referência ao contexto político e institucional em que ela se situa. Noutros termos, creio ser vantajoso complementar o nível de análise de uma instituição em concreto, privilegiado em *Da Legislação à Legitimação*, com o nível de análise mais geral da sua posição relativa e das suas funções no sistema político e social, de que o estudo sobre as percepções dos portugueses sobre a AR é exemplo. Em suma, é justo reafirmar que *Da Legislação à Legitimação* é uma monografia séria, fruto de um longo e aturado trabalho de investigação, e que constitui, malgrado as suas limitações, uma referência incontornável para quem quer que deseje conhecer melhor o nosso parlamento. Aliás, o mesmo se pode dizer de *O Parlamento Português*. Com efeito, os dois livros aqui apresentados e discutidos constituem duas contribuições valiosas para a disciplina de ciência política em Portugal. Até pela exiguidade de estudos sobre o tema, estas obras devem merecer toda a atenção quer do público em geral, quer de todos quantos estudam e fazem política em Portugal. Compreender melhor a nossa «casa da democracia» é um passo importante para melhor compreendermos a nossa democracia, sobretudo se por esta entendermos, a um tempo, o nosso modo de vida e sistema político em que vivemos.